

14 MAI 1988

Acordo da saúde só deverá sair na 2ª

As negociações entre parlamentares da ala progressista e do Centrão não avançaram em relação à estatização do serviço de Saúde. Depois de dois dias de discussões sobre todo o texto do Título da Ordem Social, eles decidiram deixar para segunda-feira, durante a reunião de líderes, a última tentativa de negociação para o principal ponto de divergência do capítulo da Saúde.



O texto da Comissão de Sistematização cria o sistema único de saúde, que será regulamentado, controlado e executado pelo Estado. A livre iniciativa só poderá participar da assistência à saúde de forma complementar e com convênio ou contrato a ser regulamentado em lei. O texto estabelece que terão preferência para atuar no setor as instituições filantrópicas e que não tenham fins lucrativos.

O Centrão não aceita a proposta, sob o argumento de que a estatização impediria o avanço da Medicina. Além disso, baseiam-se

no texto já aprovado em plenário que assegura o princípio da livre iniciativa.

Seguridade

Outro tema tratado pelos parlamentares nessas reuniões prévias foi o da seguridade social que, a partir da promulgação da futura Constituição, abrangerá as ações que assegurem os direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Os participantes desse sistema terão uniformidade e equivalência dos benefícios — populações rurais e urbanas; irredutibilidade do valor dos benefícios; e bases de financiamento diversificadas. A característica desse sistema deverá ser, de acordo com o texto constitucional, a descentralização da gestão administrativa, que será feita com a participação dos trabalhadores, empresários e da comunidade.

O impasse nesse capítulo é em relação ao artigo que estabelece a forma de financiamento da seguridade social. O texto da Comissão de Sistematização prevê que as contribuições incidirão sobre os salários dos empregados e sobre a folha de pagamento, faturamento e lucro dos empregadores. O Centrão quer a exclusão das contribuições dos empregadores sobre lucro e faturamento.

Eleição familiar é “imoral”

João Pessoa — O deputado Edvaldo Motta (PMDB) disse, ontem, que se for preciso vai “parar” o segundo turno de votação da Constituinte, para tirar de seu texto a garantia de elegibilidade de parentes em primeiro e segundo graus, com mandato legislativo, para cargos executivos. “Essa consangüinidade é imoral, vai favorecer um verdadeiro ciclo nas prefeituras, ou seja, o seu rateio com familiares que se perpetuam no poder”, declarou o parlamentar argumentando que a aprovação no primeiro turno já propiciou o lançamento de candidaturas de marido, esposa, pai e filho em quatro municípios paraibanos.

Motta já enfrenta uma cisão no seu mais expressivo colégio eleitoral, Patos, em virtude dessa permissão. “Vou tentar mobilizar todo mundo, até Ulysses Guimarães. O que não podemos permitir é que essa mostruosidade jurídica prevaleça”, argumentou, admitindo em seguida que sua luta é difícil.

Na Paraíba há parentes de prefeitos lançados às eleições de novembro próximo em quatro municípios. Em Campina Grande, segunda mais importante cidade do Estado, o deputado federal Cássio Cunha Lima é candidato a sucessão do pai, o prefeito Ronaldo da Cunha Lima. Em Patos, a terra de Edvaldo Motta, a deputada estadual Geralda Medeiros trocou o PMDB pelo PL para ter assegurada a candidatura à vaga do marido, Rivaldo Medeiros.

Em Santa Rita, município da Grande João Pessoa, o prefeito Severino Maroja já lançou seu irmão, José Luiz Maroja.

O caso mais curioso é o de Catolé do Rocha, no alto sertão da Paraíba. Em 1982, José Otávio Maia foi eleito prefeito tendo como vice o seu irmão, Lauro. Em 86, José Otávio foi eleito deputado estadual e renunciou. Lauro assumiu e deve entregar o cargo para o pai, José Sérgio Maia, atual presidente da Câmara Municipal.

Bisol critica reforma agrária

Porto Alegre — O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), disse ontem ter ficado envergonhado com a decisão da constituinte sobre a reforma agrária. E como ele, todos os constituintes brasileiros “terão que carregar muito tempo esta vergonha”. Na opinião do senador gaúcho o assunto teve a discussão deslocada de forma propositada:

“Se reforçou a idéia de que a reforma agrária era uma punição ao grande proprietário, como se este fosse seu maior objetivo, o que não é verdade”, explicou Bisol.

Ele entende que esta visão distorcida esconde uma estratégia permanente e extremamente inteligente dos interessados em manter a questão sem qualquer mu-

dança. “Nunca se fez nada para alterar a situação fundiária do País e a reforma agrária continuará apenas na retórica do presidente que, esporadicamente, liberará pequenas áreas que, certamente, permanecerão truncadas por longos anos na justiça, como é comum ocorrer hoje”.

Bisol entende que o essencial sobre o assunto foi deixado para o segundo plano. Para ele, a reforma agrária deveria ser encarada como uma necessidade social e econômica, pelo maior emprego de mão-de-obra e maior produção de alimentos e principalmente, como instrumento de fixação do homem no campo.